

FERNANDO CAPEZ

Procurador de Justiça licenciado e Diretor Executivo da Fundação PROCON-SP. Deputado Estadual por três mandatos. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo (2007-2010). Presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (2015-2017) e Presidente do Colégio de Presidentes das Assembleias Legislativas do Brasil (2015-2017). Mestre pela USP e Doutor pela PUC-SP. Professor da Escola Superior do Ministério Público e de Cursos Preparatórios para Carreiras Jurídicas. Autor de obras jurídicas.

CURSO DE PROCESSO PENAL

28ª edição
2021

saraiva  jur



saraiva
EDUCAÇÃO

saraiva PA

Av. Paulista, 901, 3ª andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseduacao.com.br

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
VABNER RODOLFO DA SILVA - CRB-8/9410

C241c Capez, Fernando
Curso de processo penal / Fernando Capez. - 28. ed. -
São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
632 p.

ISBN: 978-65-5559-593-2

1. Direito. 2. Direito penal. 3. Processo penal. I. Título.

2021-40 CDD 345
CDU 343

Diretoria executiva	Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial	Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editorial	Fernando Pentzoldo
Planejamento	Josiane de Araujo Rodrigues
Novos projetos	Sérgio Lopes de Carvalho Daila Costa de Oliveira
Edição	Isabella Sánchez de Souza (coord.) Aine Darcy Flôr de Souza
Produção editorial	Daniele Debora de Souza (coord.) Daniela Nogueira Secundo
Arte e digital	Mônica Landi (coord.) Camilla Felix Cianelli Chaves Claudirene de Moura Santos Silva Deborah Mattos Guilherme H. M. Salvador Tiago Dela Rosa
Projetos e serviços editoriais	Daniela Maria Chaves Carvalho Kelli Priscila Pinto Laura Paralso Buldrini Fiogórnio Marília Cordeiro Nicoly Wasconcelos Razuk
Diagramação	Fabio Kato
Revisão	Rita Gorgati
Capa	Aero Comunicação
Produção gráfica	Maril Rampim Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento	Edições Loyola

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito penal	345
2. Direito penal	343

Data de fechamento da edição: 13-1-2021

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL [608917] GAE [754518]

ÍNDICE

<i>Sobre o Autor</i>	7
<i>Abreviaturas</i>	9
<i>Prefácio</i>	37
1. Introdução	39
1.1. Conceito de processo penal	39
1.2. O processo penal e o direito de punir	39
1.3. Conteúdo do processo penal	40
Questões	41
2. Jurisdição	42
2.1. Interesse, pretensão, conflitos de interesse e litígio	42
2.2. Autotutela	43
2.3. Autocomposição	43
2.4. A intervenção de terceiro, a mediação e o processo	44
2.5. Características da jurisdição	45
2.5.1. Substitutividade	45
2.5.2. Escopo de atuação do direito	45
2.5.3. Inércia	45
2.5.4. Imutabilidade (ou definitividade)	46
2.5.5. Lide	46
2.6. Princípios próprios da jurisdição	46
2.6.1. Investidura	46
2.6.2. Indelegabilidade	46
2.6.3. Inevitabilidade	47
2.6.4. Inafastabilidade (ou princípio do controle jurisdicional)	47
2.6.5. Juiz natural	47
2.7. Finalidades da jurisdição	50
2.8. Espécies de jurisdição	50
2.9. Jurisdição necessária	50
Questões	51

3. Processo	52
3.1. Processo, procedimento e relação jurídica processual	52
3.2. Elementos identificadores da relação processual.....	53
3.2.1. Sujeitos processuais	53
3.2.2. Objeto da relação processual.....	53
3.2.3. Pressupostos processuais.....	54
3.3. Formas do procedimento	54
3.4. Princípios gerais informadores do processo.....	57
3.4.1. Imparcialidade do juiz	57
3.4.2. Igualdade processual.....	57
3.4.3. Contraditório	57
3.4.4. Ampla defesa	58
3.4.5. Da ação ou demanda.....	58
3.4.6. Da disponibilidade e da indisponibilidade	59
3.4.7. Oficialidade.....	60
3.4.8. Oficiosidade.....	60
3.4.9. Da verdade formal ou dispositivo.....	60
3.4.10. Da verdade material ou da livre investigação das provas	60
3.4.11. Do impulso oficial.....	60
3.4.12. Da persuasão racional do juiz.....	61
3.4.13. Da motivação das decisões judiciais	61
3.4.14. Publicidade.....	61
3.4.15. Lealdade processual	62
3.4.16. Economia processual.....	62
3.4.17. Celeridade processual	62
3.4.18. Duplo grau de jurisdição.....	63
3.4.19. Juiz natural.....	64
3.4.20. Promotor natural.....	64
3.5. Pretensão punitiva.....	64
3.6. Princípios informadores do processo penal.....	65
3.6.1. Verdade real.....	65
3.6.2. Legalidade.....	66
3.6.3. Oficialidade.....	67
3.6.4. Oficiosidade.....	67
3.6.5. Autoritariedade	67
3.6.6. Indisponibilidade	67
3.6.7. Publicidade.....	67
3.6.8. Contraditório.....	68
3.6.9. Iniciativa das partes (<i>ne procedat iudex ex officio</i>)	68
3.6.10. <i>Ne eat iudex ultra petita partium</i>	69
3.6.11. Identidade física do juiz	69
3.6.12. Devido processo legal.....	70
3.6.13. Inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	70

3.6.14. Estado de inocência	71
3.6.15. Presunção de inocência e a prisão cautelar	72
3.6.16. <i>Favor rei</i>	73
3.6.17. Brevidade processual.....	73
3.6.18. Promotor natural.....	74
3.7. Tipos de processo penal	74
3.7.1. Acusatório.....	74
3.7.2. Inquisitivo.....	75
3.7.3. Misto.....	75
Jurisprudência.....	75
Questões.....	76
4. Eficácia da lei processual penal no tempo.....	77
Jurisprudência.....	80
Questões.....	80
5. Eficácia da lei processual penal no espaço.....	81
Questões.....	82
6. Imunidades	83
6.1. Imunidades diplomáticas	83
6.2. Imunidades parlamentares.....	83
6.3. Imunidade material.....	83
6.4. Imunidade processual.....	85
6.5. Imunidade prisional	86
6.6. Do foro especial por prerrogativa de função.....	86
6.7. Prerrogativa de foro de outras autoridades.....	87
6.8. Imunidade para servir como testemunha.....	88
6.9. Imunidades parlamentares e estado de sítio.....	88
6.10. Vigência e retroatividade da EC n. 35/2001.....	88
6.11. Imunidade penal temporária do presidente da República.....	88
Jurisprudência.....	88
Questões.....	89
7. Interpretação da lei processual penal	90
7.1. Conceito.....	90
7.2. Espécies.....	90
7.3. Interpretação da norma processual.....	91
7.4. Formas de procedimento interpretativo.....	91
Questões.....	91

8. Analogia.....	92
8.1. Conceito	92
8.2. Fundamento	92
8.3. Natureza jurídica.....	92
8.4. Distinção	92
8.5. Espécies.....	93
8.6. Norma processual.....	93
Jurisprudência.....	93
Questões.....	93
9. Fontes do direito processual penal	94
9.1. Conceito	94
9.2. Espécies.....	94
9.3. Fonte de produção	94
9.4. Fonte formal.....	94
9.5. Costume	94
9.6. Princípios gerais do direito	95
9.7. Lei processual	95
Questões.....	95
10. Inquérito policial	96
10.1. Conceito.....	96
10.2. Polícia judiciária	96
10.3. Competência e atribuição	97
Jurisprudência.....	98
10.4. Finalidade	99
10.5. Inquéritos extrapoliciais.....	99
Jurisprudência.....	100
10.6. Características.....	100
10.6.1. Procedimento escrito.....	100
10.6.2. Sigiloso.....	101
10.6.3. Oficialidade.....	102
10.6.4. Oficiosidade	102
10.6.5. Autoritariedade	102
10.6.6. Indisponibilidade.....	102
10.6.7. Inquisitivo.....	102
Jurisprudência.....	103
10.7. Valor probatório	103
Jurisprudência.....	104
10.8. Vícios	104

Jurisprudência.....	105
10.9. Juizados especiais (Lei n. 9.099/95).....	105
10.10. Dispensabilidade	105
Jurisprudência.....	106
10.11. Incomunicabilidade.....	106
10.12. <i>Notitia criminis</i>	106
10.13. Início do inquérito policial	107
10.13.1. Crime de ação penal pública incondicionada (CPP, art. 5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º)	107
10.13.2. Crime de ação penal pública condicionada (CPP, art. 5º, § 4º).....	109
10.13.3. Crime de ação penal privada (CPP, art. 5º, § 5º).....	109
10.14. Peças inaugurais do inquérito policial.....	110
Jurisprudência.....	110
10.15. Providências.....	111
10.16. Indiciamento	115
Jurisprudência.....	119
10.17. Encerramento	119
10.18. Prazo	120
10.19. Prazos especiais	123
10.20. Contagem do prazo	123
Jurisprudência.....	124
10.21. Arquivamento	124
10.22. Investigações criminais presididas diretamente pelo representante do Ministério Público	125
Jurisprudência.....	128
10.23. Investigação do crime de tráfico de pessoas	129
Questões	130
11. Ação penal.....	131
11.1. Conceito	131
11.2. Características.....	131
11.3. Espécies de ação penal no direito brasileiro.....	131
11.4. As condições da ação penal.....	132
11.4.1. Possibilidade jurídica do pedido	132
11.4.2. Interesse de agir	133
11.4.3. Legitimação para agir	133
11.5. Ação penal pública incondicionada: titularidade e princípios.....	136
11.5.1. Titularidade	136
11.5.2. Princípio da obrigatoriedade	137
11.5.3. Princípio da indisponibilidade.....	137
11.5.4. Princípio da oficialidade	138

11.5.5.	Princípio da autoritariedade	138
11.5.6.	Princípio da oficiosidade	138
11.5.7.	Princípio da indivisibilidade.....	138
11.5.8.	Princípio da intranscendência.....	139
11.5.9.	Princípio da suficiência da ação penal	139
11.6.	Ação penal pública condicionada.....	140
11.6.1.	Conceito.....	140
11.6.2.	Ação penal pública condicionada à representação.....	140
11.6.3.	Crimes cuja ação depende de representação da vítima ou de seu representante legal	140
11.6.4.	Natureza jurídica da representação.....	141
11.6.5.	Titular do direito de representação.....	141
11.6.6.	Prazo	143
11.6.7.	Forma.....	144
11.6.8.	Destinatário	145
11.6.9.	Irretratabilidade.....	145
11.6.10.	Não vinculação.....	146
11.6.11.	Ação penal pública condicionada à requisição do Ministro da Justiça.....	146
11.6.12.	Ação penal nos crimes contra a dignidade sexual	147
11.6.12.1.	Regra: a ação será pública condicionada à representação do ofendido, incluído o estupro cometido com violência real	147
11.6.12.2.	Superação da Súmula 608 do STF	147
11.6.12.3.	Casos excepcionais de ação penal pública incondicionada	148
11.6.13.	Ação penal nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher – Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006	149
Jurisprudência.....		149
11.7.	Ação penal privada: conceito, fundamento e princípios.....	150
11.7.1.	Conceito.....	150
11.7.2.	Fundamento	150
11.7.3.	Titular	150
11.7.4.	Princípio da oportunidade ou conveniência.....	151
11.7.5.	Princípio da disponibilidade.....	151
11.7.6.	Princípio da indivisibilidade.....	152
11.7.7.	Princípio da intranscendência.....	152
11.8.	Ação penal privada: espécies	152
11.8.1.	Exclusivamente privada, ou propriamente dita	152
11.8.2.	Ação privada personalíssima	152
11.8.3.	Subsidiária da pública.....	153
11.8.4.	Ação penal secundária.....	153
11.9.	Crimes de ação penal privada no Código Penal.....	153

11.10. Prazo da ação penal privada	154
11.11. Distinção entre prazo penal e prazo processual.....	155
Jurisprudência.....	156
Questões.....	156
12. Denúncia e queixa.....	157
12.1. Conceito	157
12.2. Requisitos: art. 41 do Código de Processo Penal	157
Jurisprudência.....	160
12.3. Omissões	160
12.4. Prazo para a denúncia (CPP, art. 46).....	161
12.5. Prazo para a queixa (CPP, art. 38)	161
12.6. Aditamento da queixa.....	161
12.7. Rejeição da denúncia ou queixa: art. 395 do CPP	162
12.7.1. Inépcia da denúncia ou queixa.....	162
12.7.2. Ausência de pressuposto processual.....	162
12.7.3. Ausência de condição para o exercício da ação penal.....	163
12.7.4. Ausência de justa causa para o exercício da ação penal.....	164
12.8. Fundamentação no recebimento.....	164
12.9. Recurso.....	165
12.10. Absolvição sumária.....	165
12.11. Rejeição posterior da denúncia recebida	166
Jurisprudência.....	166
Questões.....	166
13. Ação civil <i>ex delicto</i>.....	167
Questões.....	170
14. Sujeitos processuais	171
14.1. Juiz penal.....	171
14.2. Prerrogativas e vedações	173
14.3. Ministério Público.....	174
14.4. Prerrogativas e vedações	174
14.5. Princípios – art. 127, § 1º, da Constituição Federal	175
14.5.1. Unidade e indivisibilidade	175
14.5.2. Independência.....	176
14.5.3. Autonomia funcional e administrativa (art. 127, § 2º, da CF/88)	176
14.6. Querelante	176
14.7. Acusado.....	176
14.8. Identificação.....	177

14.9. Presença, direito ao silêncio e revelia.....	178
14.10. Outras garantias fundamentais	180
14.11. Defensor	181
14.12. Defensor constituído.....	182
14.13. Defensor dativo.....	183
14.14. Curador	184
14.15. Assistente.....	184
14.16. Ministério Público e ação penal privada.....	185
14.17. Funções do assistente: natureza jurídica	187
14.18. Admissão.....	189
14.19. Atividades do assistente	190
14.20. Prazo para interpor recurso.....	193
Jurisprudência.....	194
Questões.....	194
15. Competência	195
15.1. Conceito de jurisdição.....	195
15.2. Origem etimológica da palavra “jurisdição”	195
15.3. Princípios da jurisdição	195
15.4. Características da jurisdição.....	196
15.5. Competência	196
15.6. Conceito de competência	196
15.7. Espécies de competência	197
15.8. Como saber qual o juízo competente?	197
15.9. Outros critérios para saber qual o juiz competente.....	210
15.10. Diferença entre competência material e competência funcional.....	210
15.11. Competência absoluta e relativa	211
15.12. Prorrogação de competência necessária e voluntária	212
15.13. Delegação de competência.....	212
15.14. Competência <i>ratione materiae</i> na Constituição Federal.....	212
15.15. Competência pelo lugar da infração: teoria adotada e regras especiais.	213
15.16. Competência pelo domicílio ou residência do réu	214
15.17. Competência pela natureza da infração.....	214
15.17.1. Federalização das causas relativas a direitos humanos. Do inci-	
dente de deslocamento de competência (EC n. 45/2004)	219
15.17.2. Do Tribunal Penal Internacional. Competência para julgar geno-	
cídio, crimes de guerra, contra a humanidade e de agressão (EC	
n. 45/2004).....	220
15.18. Competência por distribuição.....	221
15.19. Competência por conexão	221

15.19.1. Espécies de conexão.....	221
15.20. Competência por continência	222
15.21. Foro prevalente.....	223
15.22. Separação de processos	224
15.23. Competência por prevenção.....	225
15.24. <i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	226
Jurisprudência.....	227
Questões.....	228
16. Prisão	229
16.1. Introdução.....	229
16.1.1. Finalidade das novas regras da prisão provisória.....	229
16.1.2. Prisão provisória: imprescindibilidade.....	229
16.1.3. Hipóteses de prisão provisória: ser preso e permanecer preso ..	229
16.1.4. Caráter excepcional da prisão preventiva: restrição de hipóteses para seu cabimento e natureza subsidiária como providência cautelar	230
16.1.5. Revisão obrigatória de todos os casos de prisão provisória	230
16.1.6. Modificações operadas no instituto da fiança	230
16.1.7. Aplicação da lei processual penal no tempo	230
16.2. Conceito.....	231
16.3. Espécies de prisão.....	231
16.4. Mandado de prisão.....	234
16.5. Prisão em domicílio	235
16.6. Prisão em perseguição	236
16.7. Prisão fora do território do juiz	236
16.8. Custódia	236
16.9. Uso de algemas.....	237
16.10. Prisão especial	240
16.11. Prisão provisória domiciliar	241
16.12. Prisão em flagrante.....	241
16.12.1. Espécies de flagrante.....	242
16.12.2. Flagrante nas várias espécies de crimes.....	244
16.12.3. Sujeitos do flagrante	245
16.12.4. Auto de prisão em flagrante.....	247
16.12.5. Modificações operadas pela Lei n. 12.403/2011: reflexos na prisão em flagrante.....	251
16.12.6. Relaxamento da prisão em flagrante pela própria autoridade policial	251
16.12.7. Prisão em flagrante por apresentação espontânea	252
16.12.8. Audiência de custódia.....	253

16.13. Prisão preventiva.....	254
16.13.1. Conceito.....	254
16.13.2. Natureza.....	254
16.13.3. Presunção da inocência e prisão cautelar.....	254
16.13.4. Pressupostos para a prisão preventiva: <i>fumus boni iuris</i>	255
16.13.5. Requisitos para a prisão preventiva: <i>periculum in mora</i>	255
16.13.6. Hipóteses de cabimento da prisão preventiva.....	257
16.13.7. Momento para a decretação da prisão preventiva.....	258
16.13.8. Recurso contra a decisão que decretar a prisão preventiva.....	258
16.13.9. Modalidades de prisão preventiva: autônoma; transformada ou convertida; e substitutiva ou subsidiária.....	258
16.13.10. Prisão preventiva domiciliar.....	260
16.13.11. Prisão preventiva, medidas cautelares e detração penal.....	262
16.13.12. Prazo para conclusão do inquérito policial no caso de indiciado preso..	263
16.13.12.1. Termo inicial do prazo na hipótese de conversão do flagrante em preventiva.....	263
16.13.13. Conversão do flagrante em prisão preventiva, sem oferecimento da denúncia: possibilidade.....	263
16.13.14. Fundamentação.....	264
16.13.15. Revogação.....	264
16.13.16. Momentos processuais em que a prisão preventiva deverá ser necessariamente revista.....	265
16.14. Prisão temporária.....	265
16.15. Medidas cautelares.....	267
16.15.1. Pressupostos constitucionais: necessidade e adequação.....	267
16.15.2. Caráter subsidiário da preventiva: preponderância das medidas cautelares alternativas.....	269
16.15.3. Rol de medidas cautelares.....	270
16.15.4. Necessidade e adequação para as medidas cautelares alternativas..	270
16.15.5. Ressalvas legais.....	271
16.15.6. Decretação das medidas cautelares.....	271
16.15.7. Contraditório.....	271
16.15.8. Descumprimento das obrigações impostas; prisão preventiva é a <i>ultima ratio</i>	272
16.16. Liberdade provisória.....	272
16.16.1. Conceito.....	272
16.16.2. Espécies.....	272
16.16.3. Liberdade provisória sem a necessidade de recolhimento de fiança.....	273
16.16.4. Competência para a concessão.....	274
16.16.5. Recurso.....	274
16.16.6. Liberdade provisória com fiança.....	274
16.16.6.1. A liberdade provisória como regra.....	274

16.16.6.2. Conceito de fiança criminal.....	274
16.16.6.3. Natureza cautelar	274
16.16.6.4. Momento para concessão da fiança.....	275
16.16.6.5. Modalidades de fiança.....	275
16.16.6.6. Arbitramento da fiança: critérios para a concessão...	275
16.16.6.7. Dispensa do pagamento em razão da situação econômica.....	275
16.16.6.8. Reforço da fiança.....	275
16.16.6.9. Obrigações processuais decorrentes da fiança.....	276
16.16.6.10. Momento e competência para a sua concessão.....	276
16.16.6.11. Prática de mais de um crime passível de fiança.....	276
16.16.6.12. Delito afiançável e existência de motivo para decretação da prisão preventiva	276
16.16.6.13. Quebramento da fiança.....	276
16.16.6.13.1. Efeitos do quebramento da fiança.....	277
16.16.6.14. Perdimento da fiança.....	277
16.16.6.15. Cassação da fiança.....	277
16.16.6.16. Infrações inafiançáveis.....	277
Jurisprudência.....	278
Questões.....	278
17. Prova	279
17.1. Conceito e objetivo	279
17.2. Objeto	279
17.2.1. Fatos que independem de prova	279
17.2.2. Fatos que dependem de prova	280
17.2.3. Prova do direito	280
17.3. Prova proibida	281
17.3.1. Conceito.....	281
17.3.2. Provas ilícitas por derivação e a teoria dos “frutos da árvore envenenada” (<i>fruits of the poisonous tree</i>). Princípio da proporcionalidade.....	282
17.3.3. Provas ilícitas e a Lei n. 11.690/2008.....	286
17.3.4. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicação por carta e telegráfica	289
17.3.5. Provas ilícitas e a inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas.....	289
17.3.6. Inviolabilidade do sigilo das comunicações. Comunicações telefônicas. Interceptação. Requisitos legais constantes da Lei n. 9.296/96.....	296
17.3.7. Provas ilícitas e a quebra do sigilo bancário e fiscal.....	302
17.4. Classificação das provas.....	304
17.5. Meios de prova.....	304

17.6. Ônus da prova.....	305
17.6.1. Procedimento probatório	306
17.6.2. Prova emprestada	307
17.6.3. O álibi	307
17.7. Sistemas de apreciação	308
17.8. Princípios gerais das provas	309
17.9. A providência cautelar da busca e apreensão	309
17.9.1. Natureza jurídica	309
17.9.2. Objeto	310
17.9.3. Busca em repartição pública	310
17.9.4. Busca domiciliar	310
17.9.4.1. Restrição.....	311
17.9.4.2. Horário	311
17.9.4.3. Requisitos	311
17.9.5. Busca pessoal.....	312
17.9.5.1. Requisitos	312
17.9.5.2. Restrições	312
17.9.6. Da apreensão	312
17.10. Das perícias	312
17.10.1. Conceito	312
17.10.1.1. Natureza jurídica	312
17.10.1.2. Requisitos	313
17.10.1.3. Determinação das perícias	313
17.10.1.4. Espécies de perícias	313
17.10.1.5. Do procedimento da perícia.....	314
17.10.1.6. Laudo pericial	315
17.10.2. Do exame de corpo de delito.....	315
17.10.2.1. Conceito.....	315
17.10.2.2. Distinção entre corpo de delito e exame de corpo de delito.....	315
17.10.2.3. Distinção entre exame de corpo de delito direto e indireto	316
17.10.2.4. Indispensabilidade do exame de corpo de delito.....	316
17.10.2.5. Impossibilidade do exame de corpo de delito direto em infração que deixa vestígio	318
17.10.2.6. Espécies	319
17.10.3. Perito	319
17.10.3.1. Conceito.....	319
17.10.3.2. Espécies	319
17.10.3.3. Impedimentos	319
17.10.4. Perícia psiquiátrica	320
17.10.5. Questões polêmicas	320
17.11. Interrogatório.....	321

17.11.1. Conceito.....	321
17.11.2. Natureza	321
17.11.3. Alterações promovidas pela Lei n. 11.719/2008	323
17.11.4. Características	324
17.11.5. Ausência de interrogatório no curso da ação	326
17.11.6. Princípio da identidade física do juiz.....	326
17.11.7. Interrogatório por videoconferência.....	326
17.11.8. Silêncio e mentira do réu	329
17.11.9. Espécies de interrogatório	330
17.11.10. Revel	330
17.11.11. O conteúdo do interrogatório	330
17.12. Confissão. Conceito. Fatores determinantes.....	331
17.12.1. Espécies de confissão	331
17.12.2. Valor probante da confissão	332
17.12.3. Características da confissão (CPP, art. 200)	332
17.12.4. Confissão ficta	333
17.12.5. Delação.....	333
Jurisprudência.....	333
17.13. Prova testemunhal ou testemunha.....	334
17.13.1. Conceito	334
17.13.2. Características da prova testemunhal	334
17.13.3. Características das testemunhas.....	335
17.13.4. Dispensas e proibições.....	335
17.13.5. Testemunha suspeita. Conceito e distinções	336
17.13.6. Causas de suspeição.....	336
17.13.7. Contradita	336
17.13.8. Número de testemunhas	337
17.13.9. Classificação das testemunhas.....	337
17.13.10. Deveres da testemunha	338
17.13.11. Procedimento	338
17.13.12. Termo	339
17.13.13. Sistema de exame judicial	339
17.13.14. Depoimento infantil	340
17.13.15. Testemunho de policiais	340
17.13.16. Incomunicabilidade.....	340
17.13.17. Falso testemunho (art. 342 do CP)	341
17.13.18. Lugar do depoimento	341
17.13.19. Precatórias	342
17.13.20. Militares e funcionários.....	343
17.13.21. Ofendido	343
17.13.22. Questões polêmicas	344
17.14. Reconhecimento de pessoas e coisas (arts. 226 a 228).....	345
17.14.1. Definição e elementos	345

18.1.1.	Definição de prejudicialidade	360
18.1.2.	Elementos essenciais da prejudicialidade.....	361
18.1.3.	Classificação	361
18.1.4.	Sistemas de solução.....	363
18.1.5.	Prejudicial e prescrição	363
18.1.6.	Efeito	363
18.1.7.	Recurso contra despacho que suspende a ação.....	363
18.1.8.	Diferença entre questão prejudicial e questão preliminar	364
18.2.	As exceções.....	364
18.2.1.	Conceito	364
18.2.2.	Compreensão do tema	364
18.2.3.	Espécies	365
18.2.4.	Classificação tradicional	365
18.2.5.	Suspeição	365
18.2.5.1.	Processamento	366
18.2.5.2.	Requisitos da exceção.....	367
18.2.5.3.	Procedimento perante o juiz suspeito.....	367
18.2.5.4.	Procedimento perante o tribunal	368
18.2.5.5.	Contra quem pode ser alegada a suspeição?	368
18.2.5.6.	Cabe exceção de suspeição contra autoridades poli- ciais?	368
18.2.5.7.	Efeitos da suspeição.....	369
18.2.5.8.	Existe recurso contra reconhecimento espontâneo de suspeição?	369
18.2.6.	Incompetência de juízo. Procedimento.....	369
18.2.7.	Litispêndência.....	370
18.2.7.1.	Elementos que identificam a demanda, impedindo a litispêndência.....	370
18.2.7.2.	Recursos	370
18.2.8.	Ilegitimidade de parte	371
18.2.8.1.	Ilegitimidade <i>ad processum</i> ou <i>ad causam</i>	371
18.2.8.2.	Efeitos do reconhecimento.....	371
18.2.8.3.	Recursos	371
18.2.8.4.	Procedimento.....	372
18.2.9.	Coisa julgada	372
18.2.9.1.	Distinção entre coisa julgada formal e coisa julgada material	372
18.2.9.2.	História.....	372
18.2.9.3.	Teorias.....	373
18.2.9.4.	Função.....	374
18.2.9.5.	Natureza jurídica	375
18.2.9.6.	Cabimento da exceção de coisa julgada	375
18.2.9.7.	Rito	376

CURSO DE PROCESSO PENAL

18.2.9.8.	Fases	376
18.2.9.9.	A coisa julgada no crime continuado e no concurso de agentes	376
18.2.10.	Impedimentos do Ministério Público e órgãos auxiliares.....	376
18.2.11.	Conflito de jurisdição	376
18.2.11.1.	Conceito e espécies.....	376
18.2.11.2.	Conflito de atribuições	377
18.2.11.3.	Processamento.....	377
18.2.11.4.	Competência para julgar	378
18.2.12.	Restituição de coisas apreendidas	378
18.2.12.1.	Restituição: objetos restituíveis, oportunidade, procedimento	379
18.2.12.2.	Coisas restituíveis e não restituíveis. Instrumentos do crime.....	379
18.2.12.3.	Apreensão na hipótese do art. 19 da LCP.....	380
18.2.12.4.	Produtos diretos e indiretos do crime.....	381
18.2.12.5.	Restituição feita pela autoridade policial.....	382
18.2.12.6.	Restituição feita pelo juiz criminal.....	382
18.2.12.7.	Direito de terceiro de boa-fé.....	382
18.2.12.8.	Restituição de coisas facilmente deterioráveis.....	383
18.2.12.9.	Coisas adquiridas com os proventos do crime	383
18.2.12.10.	Destino dos objetos apreendidos.....	384
18.2.12.11.	Coisas apreendidas em face de descaminho ou contrabando.....	386
18.2.12.12.	E quando o instrumento do crime for arma de fogo? ...	387
18.2.12.13.	Lei de Drogas (Lei n. 11.343/2006)	388
18.2.13.	Medidas assecuratórias.....	390
18.2.13.1.	Considerações iniciais	390
18.2.13.1.1.	O papel da vítima	390
18.2.13.1.2.	O processo reparatório.....	391
18.2.13.2.	Medidas assecuratórias	391
18.2.13.2.1.	O sequestro previsto nos arts. 125 e 132 do CPP	392
18.2.13.2.2.	Requisitos para o sequestro	393
18.2.13.2.3.	Competência	393
18.2.13.2.4.	Recurso	393
18.2.13.2.5.	Procedimento.....	394
18.2.13.2.6.	Embargos ao sequestro.....	394
18.2.13.2.7.	Competência para julgar os embargos	394
18.2.13.2.8.	Levantamento do sequestro.....	394
18.2.13.2.9.	Leilão e depósito.....	395
18.2.13.3.	Hipoteca legal.....	395
18.2.13.3.1.	Classificação.....	395
18.2.13.3.2.	Oportunidade.....	396

18.2.13.3.3. Pressupostos	396
18.2.13.3.4. Finalidades	396
18.2.13.3.5. Liquidação	396
18.2.13.4. O arresto previsto no art. 137 do CPP	396
18.2.13.4.1. Oportunidade.....	397
18.2.13.4.2. Pressupostos	397
18.2.13.5. Relação das medidas confiscatórias no processo penal e dispositivos correlatos do direito penal.....	397
18.2.14. Incidente de falsidade.....	398
18.2.14.1. Processamento	398
18.2.14.2. Efeitos	398
18.2.15. Incidente de insanidade mental do acusado. Procedimento.....	399
Questões	399
19. Sentença	400
19.1. Breve histórico.....	400
19.2. Natureza jurídica.....	401
19.3. Classificação das decisões.....	401
19.4. Conceito de sentença em sentido estrito.....	401
19.4.1. Classificação das sentenças em sentido estrito.....	401
19.4.2. Requisitos formais da sentença	402
19.4.3. Sentença suicida	403
19.4.4. Embargos declaratórios	403
19.4.4.1. Requisitos para a oposição dos embarginhos	403
19.4.5. Efeitos da sentença	404
19.4.6. Princípio da correlação.....	404
19.4.7. <i>Emendatio libelli</i>	405
19.4.8. <i>Mutatio libelli</i>	406
19.4.8.1. <i>Mutatio libelli</i> após a Lei n. 11.719/2008	406
19.5. Sentença absolutória.....	408
19.5.1. Efeitos da sentença absolutória	409
19.6. Sentença condenatória	409
19.6.1. Efeitos da sentença condenatória	409
19.6.2. Publicação	410
19.6.3. Inalterabilidade ou retificação da sentença	410
19.6.4. Intimação da sentença (arts. 390 a 392 do CPP).....	411
19.6.5. Taxa judiciária	411
19.6.6. Detração penal na sentença penal condenatória	411
19.7. Crise da instância	412
Questões	412
20. Dos processos em espécie.....	413
20.1. Processo e procedimento.....	413
20.1.1. Definição de processo.....	413

CURSO DE PROCESSO PENAL

20.1.2. Sistemas processuais.....	413
20.1.3. Características do sistema acusatório	413
20.1.4. Pressupostos de existência da relação processual.....	413
20.1.5. Pressupostos de validade da relação processual.....	414
20.1.6. Distinção entre processo e procedimento.....	414
20.1.7. Da reformulação dos procedimentos operada pelas Leis n. 11.689/2008 e 11.719/2008.....	414
20.1.7.1. Noções introdutórias.....	414
20.1.7.2. Procedimento comum. Âmbito de incidência	415
20.2. Procedimento ordinário.....	417
20.2.1. Início da instrução.....	417
20.2.1.1. Defesa inicial e absolvição sumária.....	418
20.2.2. Audiência de instrução e julgamento	421
20.3. Procedimento sumário	425
20.3.1. Introdução.....	425
20.3.1.1. Procedimento judicialiforme foi revogado.....	426
20.3.1.2. Procedimentos <i>ex officio</i> instaurados antes da Consti- tuição Federal de 1988	426
20.3.1.3. Rito procedimental.....	426
20.4. Da citação.....	429
20.4.1. Conceito	429
20.4.2. Quem determina a citação.....	430
20.4.3. Falta de citação.....	430
20.4.4. Hipóteses de conhecimento da imputação antes mesmo da citação.....	430
20.4.5. Efeitos da citação válida.....	431
20.4.6. Consequências do não atendimento à citação.....	431
20.4.7. Classificação	431
20.4.8. Da citação por mandado.....	432
20.4.8.1. Requisitos intrínsecos da citação por mandado.....	432
20.4.8.2. Requisitos extrínsecos da citação por mandado.....	432
20.4.8.3. Dia e hora da citação.....	433
20.4.9. Citação por carta precatória.....	433
20.4.9.1. Requisitos intrínsecos da citação por carta precatória....	433
20.4.9.2. Caráter itinerante da carta precatória.....	433
20.4.9.3. Interrogatório por carta precatória	434
20.4.10. Citação do militar	434
20.4.11. Citação do preso.....	434
20.4.12. Citação do funcionário público	434
20.4.13. Réu no estrangeiro.....	435
20.4.14. Citação por carta de ordem	435
20.4.15. Citação por edital.....	435
20.4.15.1. Pressuposto da citação por edital	436
20.4.15.2. Hipóteses legais de citação por edital	436

20.4.15.3. Prazo do edital.....	436
20.4.15.4. Requisitos da citação por edital.....	437
20.4.15.5. Formalidades extrínsecas à citação por edital	437
20.4.16. "Citação circundata"	438
20.4.17. Inovações introduzidas pela Lei n. 9.271/96.....	438
20.4.17.1. Principais questões decorrentes da atual lei	439
20.5. Intimação	441
20.5.1. Definição	441
20.5.2. Distinção entre intimação e notificação.....	441
20.5.3. Regra geral.....	441
20.5.4. Publicação	441
20.5.5. Regras especiais	442
20.6. Procedimento sumaríssimo (Leis n. 9.099/95 e 10.259/2001).....	444
20.6.1. Introdução.....	444
20.6.2. Âmbito de incidência: alteração do conceito de menor potencial ofensivo	445
20.6.3. Regras especiais	445
20.6.4. Procedimento sumaríssimo	450
20.6.4.1. Fase preliminar e transação penal.....	450
20.6.4.2. Fase processual.....	456
20.6.4.3. Suspensão condicional do processo	460
20.6.5. Questões finais	462
20.6.5.1. Suspensão condicional do processo.....	462
20.6.5.2. Representação do ofendido	463
20.6.5.3. Desclassificação para infração de menor potencial ofensivo	463
20.6.5.4. Descumprimento da pena restritiva de direitos na transação penal.....	464
20.6.5.5. Não pagamento da pena de multa na transação penal.....	464
20.6.5.6. Da violência doméstica e familiar contra a mulher e da Lei dos Juizados Especiais Criminais.....	464
20.7. Procedimentos especiais previstos no Código de Processo Penal.....	467
20.7.1. Procedimento dos crimes falimentares	467
20.7.1.1. Inquérito judicial.....	467
20.7.1.2. Recebimento da denúncia. Motivação	468
20.7.1.3. Competência	468
20.7.1.4. Rito	468
20.7.1.5. Natureza jurídica da sentença que decreta a falência, concede a recuperação judicial ou extrajudicial	469
20.7.1.6. Cientificação do MP e prazo para a propositura da ação penal.....	469
20.7.1.7. Relatório.....	469
20.7.1.8. Ação penal	470

CURSO DE PROCESSO PENAL

20.7.1.9.	Efeitos da condenação	470
20.7.1.10.	Prescrição	470
20.7.2.	Procedimento dos crimes contra a honra	470
20.7.2.1.	Introdução	470
20.7.2.2.	Procedimento	472
20.7.2.3.	Do pedido de explicações. Procedimento	474
20.7.3.	Procedimento dos crimes funcionais	475
20.7.3.1.	Introdução	475
20.7.3.2.	Procedimento	475
20.7.4.	Procedimento dos crimes contra a propriedade imaterial	476
20.7.4.1.	Introdução	476
20.8.	Procedimento de competência do Júri popular	477
20.8.1.	Breve histórico	477
20.8.2.	Organização do Júri	479
20.8.3.	Soberania dos veredictos	480
20.8.4.	Rito escalonado	481
20.8.4.1.	<i>Judicium accusationis</i>	481
20.8.4.2.	<i>Judicium causae</i>	487
20.8.4.2.1.	Libelo: extinção pela Lei n. 11.689/2008....	487
20.8.4.2.2.	Desaforamento	487
20.8.4.2.3.	Instalação da sessão.....	489
20.8.4.2.4.	Formação do conselho de sentença	490
20.8.4.2.5.	Atos instrutórios.....	491
20.8.4.2.6.	Debates	492
20.8.4.2.7.	Provas novas.....	492
20.8.4.2.8.	Formulação dos quesitos.....	493
20.8.4.2.9.	Votação	495
20.8.4.2.10.	Sentença	495
20.8.4.2.11.	Ata do julgamento	496
20.8.4.2.12.	Atribuições do juiz-presidente.....	496
20.8.5.	Questões finais específicas sobre Júri	497
20.8.5.1.	Exame de insanidade mental	497
20.8.5.2.	Conferência da urna	497
20.8.5.3.	Número mínimo de jurados.....	497
20.8.5.4.	Momento de arguir as nulidades.....	497
20.8.5.5.	Autor principal e partícipe	498
20.8.5.6.	Incomunicabilidade entre jurados	498
20.8.5.7.	Juiz togado que abandona plenário	498
20.8.5.8.	Recusa ou aceitação de jurados.....	498
20.8.5.9.	Compromisso dos jurados	498
20.8.5.10.	Interrogatório. Nulidades.....	498
20.8.5.11.	Cópias aos jurados.....	498
20.8.5.12.	Testemunhas.....	498
20.8.5.13.	Testemunhas. Pergunta direta	498
20.8.5.14.	Acareação	499

20.8.5.15. Dispensa de testemunhas.....	499
20.8.5.16. Testemunhas residentes fora da comarca.....	500
20.8.5.17. Testemunha que não comparece	500
20.8.5.18. Depoimento pessoal	500
20.8.5.19. Debates.....	500
20.8.5.20. Réplica e tréplica.....	500
20.8.5.21. Apartes	500
20.8.5.22. Intervenção dos jurados.....	501
20.8.5.23. Reinquirição de testemunha	501
20.8.5.24. Dissolução do conselho.....	501
20.8.5.25. Esclarecimento do juiz aos jurados na hora de votar..	501
20.8.5.26. Leitura dos quesitos.....	501
20.8.5.27. Sala secreta	501
20.8.5.28. Contradição nas respostas	502
20.8.5.29. Desclassificação pelo Júri	502
20.8.5.30. Desclassificação e crimes conexos.....	503
20.8.5.31. Algemas no réu durante o julgamento.....	503
20.9. Procedimento criminal dos crimes de drogas.....	503
20.9.1. Lei n. 11.343/2006	503
20.9.2. Procedimento esquemático.....	504
20.9.2.1. Na polícia.....	504
20.9.2.2. Em juízo.....	504
20.10. Da informatização do processo judicial (Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006)	506
Jurisprudência	508
Questões	509
21. Nulidades	510
21.1. Quadro comparativo dos vícios processuais.....	512
21.2. Princípios básicos das nulidades.....	516
21.2.1. Princípio do prejuízo	516
21.2.2. Princípio da instrumentalidade das formas ou da economia processual	516
21.2.3. Princípio da causalidade ou da sequencialidade.....	516
21.2.4. Princípio do interesse.....	517
21.2.5. Princípio da convalidação.....	517
21.2.6. Princípio da não preclusão e do pronunciamento <i>ex officio</i>	518
21.3. Nulidades em espécie.....	518
21.4. Momento oportuno para a arguição das nulidades relativas	540
Questões	541
22. Recursos	542
22.1. Conceito. Origem	542
22.2. Fundamentos	543

22.3. Pressupostos processuais	543
22.3.1. Pressupostos objetivos	543
22.3.2. Pressupostos subjetivos	550
22.4. Interposição	552
22.5. Efeitos	554
22.6. Extinção	555
22.7. Apelação	556
22.7.1. Origem etimológica	556
22.7.2. Conceito	556
22.7.3. Características	556
22.7.4. Apelação plena e limitada	557
22.7.5. Legitimidade e interesse	558
22.7.6. Apelação subsidiária do apelo oficial	560
22.7.7. Prazo da apelação do assistente da acusação	560
22.7.8. Renúncia e desistência	561
22.7.9. Cabimento da apelação nas sentenças do juiz singular	561
22.7.10. Apelação das decisões do Júri	562
22.7.11. Prazo	564
22.7.12. Processamento	565
22.7.13. Liberdade provisória	566
22.7.14. Apelação sumária	566
22.7.15. Apelação ordinária	566
22.7.16. Deserção	566
22.7.17. Efeitos	566
22.7.18. <i>Reformatio in pejus</i>	567
22.7.19. <i>Reformatio in pejus</i> indireta	567
22.7.20. <i>Reformatio in melius</i>	568
22.8. Recurso em sentido estrito	568
22.8.1. Conceito	568
22.8.2. Cabimento	568
22.8.3. Competência para o julgamento	577
22.8.4. Prazos	577
22.8.5. Processamento	577
22.8.6. Efeitos	578
Jurisprudência	579
22.9. Protesto por novo Júri	580
22.9.1. Conceito	580
Jurisprudência	580
22.10. Carta testemunhável	580
22.10.1. Conceito	580
22.10.2. Origem histórica	581
22.10.3. Natureza jurídica	581
22.10.4. Procedimento	582
Jurisprudência	582

22.11. Correição parcial	582
22.11.1. Conceito	582
22.11.2. Natureza jurídica	582
22.11.3. Previsão legal	583
22.11.4. Legitimidade ativa	583
22.11.5. Objeto do recurso	583
22.11.6. Processamento.....	583
22.12. Embargos infringentes.....	584
22.12.1. Conceito	584
22.12.2. Prazo	584
22.12.3. Cabimento	584
22.12.4. Procedimento	585
22.13. Embargos declaratórios.....	586
22.13.1. Conceito	586
22.13.2. Natureza jurídica	586
22.13.3. Prazo	587
22.13.4. Pressupostos.....	587
22.13.5. Legitimidade	588
22.13.6. Embarguinhos	588
22.13.7. Efeito suspensivo	588
Jurisprudência.....	588
22.14. Revisão criminal	589
22.14.1. Conceito	589
22.14.2. Origem histórica	589
22.14.3. Natureza jurídica.....	590
22.14.4. Legitimidade	590
22.14.5. Prazo	591
22.14.6. Cabimento.....	591
22.14.7. Admissibilidade	592
22.14.8. Competência	592
22.14.9. Processamento.....	592
22.15. Habeas corpus.....	594
22.15.1. Origem histórica do <i>habeas corpus</i> no mundo	594
22.15.2. Origem do <i>habeas corpus</i> no Brasil	595
22.15.3. Conceito	596
22.15.4. Natureza jurídica	596
22.15.5. Espécies	596
22.15.6. Legitimidade ativa.....	597
22.15.7. Legitimidade passiva.....	597
22.15.8. Admissibilidade	597
22.15.9. Competência	599
22.15.10. Impetração	600
22.15.11. Processamento.....	601
22.15.12. Julgamento e efeitos.....	601

22.15.13. Recursos.....	601
22.16. Mandado de segurança em matéria criminal.....	602
22.16.1. Conceito	602
22.16.2. Admissibilidade	602
22.16.3. Legitimidade ativa	603
22.16.4. Legitimidade passiva.....	603
22.16.5. Competência.....	604
22.16.6. Procedimento	605
22.17. Recurso extraordinário	608
22.17.1. Conceito, natureza jurídica e finalidade	608
22.17.2. Condições de admissibilidade	609
22.17.2.1. Repercussão geral das questões constitucionais – EC n. 45/2004	613
22.17.3. Legitimidade.....	614
22.17.4. Interposição e processamento.....	615
22.17.4.1. Efeito suspensivo	616
22.17.5. Súmula vinculante	619
22.17.5.1. Jurisprudência e súmula. Distinção.....	619
22.17.5.2. Súmula vinculante. Previsão legal	619
22.17.5.3. Competência para aprovar a súmula vinculante.....	620
22.17.5.4. Requisitos para aprovar, rever ou cancelar súmula vinculante	620
22.17.5.5. Publicação.....	620
22.17.5.6. Restrição dos efeitos da súmula vinculante	620
22.17.5.7. Legitimados para provocar a aprovação, revisão e cancelamento da súmula vinculante.....	620
22.17.5.8. Procedimento.....	621
22.17.5.9. Reclamação	621
22.17.5.10. Súmulas anteriores à EC n. 45/2004.....	621
22.17.5.11. Súmulas vinculantes editadas em matéria criminal ...	622
22.18. Recurso especial.....	622
22.18.1. Conceito, finalidade e natureza jurídica	622
22.18.2. Condições de admissibilidade	623
22.19. Recurso ordinário constitucional	624
22.19.1. No Supremo Tribunal Federal.....	624
22.19.2. No Superior Tribunal de Justiça.....	625
22.19.3. Procedimento	625
Questões	625
<i>Súmulas do Superior Tribunal de Justiça</i>	<i>on-line</i>
<i>Súmulas do Supremo Tribunal Federal</i>	<i>on-line</i>
<i>Súmulas Vinculantes.....</i>	<i>on-line</i>
<i>Bibliografia</i>	<i>629</i>